MARIA EDUARDA DA SILVA MOREIRA	53.446.799-4	07/10/24 a 06/10/25	E.E SÃO JOÃO EVANGELISTA	ENSINO MÉDIO	
MICHEL SILVA COSTA	56.946.755-X	09/10/24 a 08/10/25	USP	ARQUITETURA E URBANISMO	09/10/24

Relação dos estagiários DESLIGADOS no mês de Outubro/2024.

Nome	RG	Período de Estágio	Instituição de Ensino	Curso	Data do desligamento
AMANDA ABEUM MIKAMI	50.292.495-0	12/07/24 a 31/10/24	UNIFESP	ADMINISTRAÇÃO	31/10/24
ANA LUIZA MENDES MIENEZES	39.362.532-1	15/03/24 a 31/10/24	USP	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	31/10/24
GIOVANNA ALCANTARA GIACOMINI	39.269.418-9	22/09/24 a 29/10/24	USP	CIÊNCIAS SOCIAIS	29/10/24
OLÍVIA BONFIM CANDIDO	50.420.732-5	15/06/24 a 08/10/24	FACULDADE IMPACTA DE TECNOLOGIA	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	08/10/24
SAMUEL MARTINS RIBOLA	58.823.716-4	06/11/23 a 18/10/24	UNINOVE	ARQUITETURA E URBANISMO	18/10/24

COORDENADORIA DE PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR

Documento: [114240176](#) | Despacho

INTERESSADA: instituto nacional de desenvolvimento social saúde pública - indessp

SEI n.º **6013.2024/0005039-7** - QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE E INSCRIÇÃO NO CENTS

I - À vista dos elementos constantes do presente processo, em especial a manifestação da Coordenadoria de Parcerias com o Terceiro Setor da Secretaria Municipal de Gestão - SEGES/COPATS (doc. SEI [114239011](#)), **INDEFIRO**, com fundamentos no art. 24, *Parágrafo Único, da Lei Municipal n.º 14.141/06* cumulado com o art. 7º, §3º, inciso II, do Decreto Municipal n.º 52.858/11, o pedido de qualificação como Organização Social - OS - na área da saúde, formulado pela pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, denominada "INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA - INDESSP", inscrita no CNPJ sob o n.º 12.418.334/0001-69.

II - PUBLIQUE-SE. Após, restitua-se à Coordenadoria de Parcerias com o Terceiro Setor - COPATS para providências pertinentes, aguardando-se o prazo de 15 (quinze) dias para eventual interposição de recurso, nos termos do artigo 36 da Lei Municipal n.º 14.141/06.

Documento: [114321064](#) | Despacho

INTERESSADA: Instituto DO CANCER ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO - ICAVC

SEI n.º **6013.2024/0003965-2** - QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE E INSCRIÇÃO NO CENTS

I - À vista dos elementos constantes do presente processo, em especial a manifestação da Coordenadoria de Parcerias com o Terceiro Setor da Secretaria Municipal de Gestão - SEGES/COPATS (doc. SEI [114317402](#)), **INDEFIRO**, com fundamentos no art. 7º, §3º, inciso II, do Decreto Municipal n.º 52.858/11, o pedido de qualificação como Organização Social - OS - na área da saúde, formulado pela pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, denominada "INSTITUTO DO CANCER ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO - ICAVC", inscrita no CNPJ sob o n.º 60.945.854/0001-72.

II - PUBLIQUE-SE. Após, restitua-se à Coordenadoria de Parcerias com o Terceiro Setor - COPATS para providências pertinentes, aguardando-se o prazo de 15 (quinze) dias para eventual interposição de recurso, nos termos do artigo 36 da Lei Municipal n.º 14.141/06.

Secretaria Municipal de Habitação

CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Documento: [114619649](#) | Ata de Reunião

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CMH - 8ª Gestão

Data da Reunião: 24 de setembro de 2024

Local: Edifício Martinelli, Rua Líbero Badaró n° 504, no Auditório do 15º andar, sala 154, Centro, São Paulo.

Aos vinte quatro dias do mês de setembro do ano 2024, às 14h00, nas dependências do Edifício Martinelli, Rua Líbero Badaró n° 504, no Auditório do 15º andar, sala 154, São Paulo - Capital, reuniram-se para a 9ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os membros (as): **Conselheiros (as) presentes:** Sidney Nery (SEHAB), Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP), Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Daniela Ferrari Toscano de Brito (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste), Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Maksuel José da Costa (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo).

Convidados (as) presentes: Ana Maria Maluf Moussalli (COHAB), Cristina Pimenta Nunes (COHAB), Mônica Hussein Nasser (SEHAB/CMH), Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/CMH), Nilson Edson Leonidas (Conselheiro CMH-COHAB), Fernando Dimiranda Boari (SEHAB/DEPLAN), Irene Alice Alves Suguyama (SEHAB/DAF/DIF), Sérgio Luis de Oliveira (COHAB), Walter Zerbinatti Junior (COHAB), Sophia Noronha (SEHAB), Queila Birsá Matarazzo Albernaz (SEHAB/DEPLAN). Entre outros. **Conselheiros (as) ausentes (justificaram ausência):** Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia de São Paulo). **Conselheiros (as) ausentes:** Aguiulando da Silva França (ANESP), Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP), Milton Vieira (SEHAB), João Cury Neto (COHAB), Álvaro Augusto Andrade Vasconcelos (APEMEC) e Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP). **Pauta da Reunião:** Item 1- Aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH de 23/07/2024. **Item 2-** Solicitação de Voto CECMH n° 25/2024 - Aprovação da Prestação de Contas do FMH - 1º Semestre de 2024. **Item 3-** Solicitação de Voto CECMH n° 26/2024 - Aprovação da Prestação de Contas do Plano de Investimento do 1º semestre de 2024 e revisão do Plano de Investimento para o 2º semestre de 2024. **Item 4-** Solicitação de Voto CECMH n° 27/2024 - Autorizar formalização de acordo no Processo Judicial n° 0016811-36.2017.8.26.0002, em trâmite perante a 7ª vara Cível do Foro de Santo Amaro-SP, onde a COHAB-SP propôs ação de prestação de contas em face da Associação Parque Residencial Talara - Recurso FMH. **Item 5** - Solicitação de Voto CECMH n° 28/2024 - Aprovação dos parâmetros relativos ao sistema de financiamento, a taxa de juros remuneratórios, a multa e os encargos moratórios incidentes nos financiamentos habitacionais no âmbito dos Programas de Provisão Habitacional do Município de São Paulo. **Item 6** - Apresentação da proposta PLOA 2025 - Planejamento Orçamentário. **Item 7** - Outros Assuntos. **Início Reunião:** O Secretário agradeceu a presença de todos. Constatado quórum deu início aos trabalhos. **Sr. Sidney:** É o primeiro item regimentalmente que nós colocamos aqui é a aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH, que foi realizada em 23 de julho de 2024, que foi aprovada por unanimidade. Entramos agora, na ordem do dia, no item 2, que é a solicitação de voto de n°25/2024, referente à aprovação da prestação de contas do FMH, referente ao primeiro semestre de 2024. Nesses termos, a equipe da COHAB que vai fazer a apresentação é o Sérgio. Sérgio sua equipe tem a palavra. Nilson, por favor, componha a mesa. Muito obrigado. **Sr. Sérgio:** Boa tarde a todos e a todas. Vamos fazer aqui a parte inicial da apresentação da prestação de contas do primeiro semestre do FMH 24. Bom, nós veremos aqui o fluxo de caixa consolidado do Fundo de janeiro a junho. Bom, então, iniciamos com o saldo em janeiro de R\$ 157.836.000. Tivemos um total de entradas de R\$ 274.134.000,00 saídas de R\$ 326.204.000,00. Totais bloqueados de R\$ 168.000,00, com o saldo final do primeiro semestre de R\$ 105.597.000,00. Aqui nós veremos os recursos de entrada, os ingressos. Primeira linha são da locação social, arrecadação de R\$ 324.000,00. Os TPUs, permissão de uso de R\$ 878.000,00. As amortizações na carteira R\$ 2.156.000,00. Pagamento de indenizações de seguro de R\$ 120.000,00. Rendimentos sobre aplicações financeiras, R\$ 5.811.000,00. Arrecadação dos contratos CCV e alienação fiduciária de R\$ 7.807.000,00. Repasse do Tesouro Municipal para as obras do Pode Entrar Aquisições, tanto em entidades e empresas, de R\$ 54.639.000,00. Repasse de Outorga Onerosa de R\$ 83.000.000,00. Nota de reserva com transferência, aquela modalidade que a Fazenda pede para executar para não ter orçamento duplicado. Então, eles pagam por lá R\$ 201.883.000,00. E as retenções de resgates, caucões e outras entradas, são as regularizações com a COHAB também, de R\$ 429.000,00. Então, totalizou R\$ 274.134.000,00 de ingressos. Agora veremos os desembolsos, as saídas. Então, ali na primeira linha, teve R\$ 42.234.000,00, que são os desembolsos para o Pode Entrar Aquisições e Entidades. Pagamentos do próprio Fundo de R\$ 9.907.000,00. Nesse próximo grupo aqui, são as despesas com locação aqui, são de material de R\$ 783,00. Consumo de água de R\$ 224.000,00. Luz de R\$ 116.000,00. Gás R\$ 189,00. E prestação de serviço de R\$ 119.000,00. E as despesas do Fundo de água, luz, cartórios, depósitos e custos judiciais de R\$ 454.000,00. Não houve repasse de terrenos. Está pendente isso no primeiro semestre. E com relação à remuneração, por ser agente operador, a COHAB tem essa obrigatoriedade por ser agente operador do Fundo. Regularização de remunerações pendentes de 2023, R\$ 19.901.000,00. E do próprio exercício 2024, R\$ 33.412.000,00. Esses valores estão nesse montante por conta do Pode Entrar Aquisições, que é o que representou de maior volume nesse semestre. Desconto e pontualidade de mutuários do programa R\$50.000,00. Subsídios R\$ 323.000,00. Pagamentos com

Vigilância e Segurança de R\$ 2.331.000,00. Devolução à Prefeitura, o Fundo teve superávit nesse exercício. Esse exercício nós tínhamos que devolver, na verdade é referente a 2023, e foi apurado pela Fazenda, e tínhamos que repassar. Melhor, devolver o recurso para a Fazenda. Então, R\$ 7.821.009,00 é quando a receita excede o número de despesas. Então, é apresentado no balancete um superávit. Tínhamos que devolver esse recurso. Tributos diversos, que são os impostos de INSS, Imposto de Renda de INSS, COFINS, PASEP, R\$ 2.796.000,00. Despesas bancárias, são as cobranças com o banco, R\$ 55.000,00. Outras despesas, seguro, regularizações com a COHAB, impostos e outras fontes, de R\$ 4.348.000,00. Total de R\$ 326.204.000,00 total de saídas nesse período. Próximo, por favor. Agora vamos ver o comportamento da arrecadação desse semestre. Então, aqui nós temos o 1, 2, 3, 4, 5, que compreende cada um. Unidades de locação, TPUs, amortizações, arrecadação do Fundo e arrecadação do PSH. Então nota-se de janeiro a junho, houve um total de R\$ 11.165.000,00 de arrecadação nesse período. E o gráfico apresenta aí a oscilação de cada número que cada rubrica corresponde. Agora eu vou pedir para o Emerson, que é da equipe de orçamento da COHAB, que vai falar um pouquinho sobre acompanhamento da despesa, a parte orçamentária. Obrigado. **Sr. Emerson:** Boa tarde para todas e todos. Eu vou mostrar esse quadro aqui, que ele fala do orçamento inicial e quanto que fechou a posição em dia 30 de junho deste ano. Então, nós começamos o orçamento do Fundo de despesas de 61 milhões. No dia 30/6, a posição era 102 milhões. Houve aí uma entrada em tomo de 39 milhões. O valor disponível foi todo disponibilizado. Não tínhamos nada de congelado. E dos 102, foram empenhados 81 milhões, liquidados até 30/6, 54, e pagos 54 milhões, restando um saldo de 21 milhões para serem empenhados. Eu só queria complementar aqui que dos 60 milhões, basicamente 68% desses recursos foram suportados com fonte própria do Fundo, e os outros 32% com recurso do Tesouro Municipal. Cada linha dessa é um programa dentro do orçamento. Cada linha existe um projeto. Então, 6 é projetos e ações, 7 foi criado um item só para o Pode Entrar. Reformas, construções, são unidades novas que não têm relação com o que Pode Entrar. **Sra. Vera:** Só tenho uma dúvida aí. Pode Entrar 4. O que é 4? 4 é empreendimento, 4 é construção. O que é isso? E construção, unidade habitacional 2. Porque ele passou tão baixinho, tão rápido, não deu para entender. **Sr. Emerson:** Essa tabela vocês receberam previamente. Então, são valores em mil reais. Então, aqui estou falando de 60 milhões, quase 61, 102 milhões e assim por diante. Cada linha dessa é um projeto dentro do FMH. O orçamento é separado por projeto. Então, essa parte de cima até o item 5 é o custeio. Então, com as despesas que, mesmo que o Fundo não produza nada, não faça nenhum investimento, as despesas são obrigatórias. E, da linha 6 para baixo, são os investimentos que entram recursos orçamentares. Então, dentro do Fundo tem projetos e ações, o Pode Entrar, regularizações e reformas, construção de unidades, regulação e locação social. O 4 lá é 4 mil reais, que é o valor que a Fazenda, que foi aprovado no orçamento para este ano. Basicamente, com recursos do Tesouro. A previsão inicial era cerca de 7. Então, começamos com 4 mil. Só para atitude de curiosidade complementar o que foi falado aqui, no começo do ano foram aportados recursos de outros Fundos para suportar as despesas do FMH, especialmente o Pode Entrar. Então, foram alocados 396 milhões para o Pode Entrar, com recurso do FUNDURB. E 768 milhões no orçamento da SEHAB, com Pode Entrar aquisições. E do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, 25 milhões para projetos de regulação fundiária. Então, o que não foi pago com recurso aqui do FMH, foi viabilizado com recurso de outras fontes. Está em outros orçamentos. Mais alguma pergunta a respeito do orçamento do FMH? Próximo slide, por favor. Então, seguindo aí. Agora são dois quadros relativos à remuneração da COHAB. A base legal para a remuneração da COHAB são essas duas resoluções, uma de 2006 e outra de 2002. Agora, sim, o quadro propriamente dito. Esse quadro resume os pagamentos que o FMH fez para a COHAB, como agente operador do Fundo. Então, foram recebidos, este ano, referente a 2023, que tinha uma pendência de 19, quase 20 milhões, referente ao primeiro semestre, 33. Então, o total dos 19 com 33 dá 53 milhões. A maior parte, por conta das ações do programa Pode Entrar, especialmente do Pode Entrar Aquisições. Próximo quadro. Esse quadro demonstra as remunerações que estão pendentes de pagamento e também estimativa para o próximo semestre, que é o segundo. Então, no dia 30/6, nós tínhamos pendentes remunerações de 2022, cerca de 3 milhões, de 2023, quase 20 milhões, e lá está pendente de 2024, na verdade é medido e ainda não é empenhado o recurso. E uma estimativa, com base nas projeções dos contratos em andamento e a contratar, de 133,5 milhões até o final de 2024. Já antecipo que esse valor de 33 milhões já foi regularizado em agosto, então, na próxima prestação de contas já vai aparecer como resolvida. E dos 19 milhões e pouco, 15 milhões já foram também regularizados em agosto. Alguma pergunta sobre isso? Pode ir passando. Então, eu passo a palavra para o Waltinho, que vai falar sobre a inadimplência. Obrigado a todos. **Sr. Walter:** Vou apresentar a inadimplência para vocês. Pode rodar, por favor. Para mostrar para vocês que, como nós conversamos no semestre passado, nós lançamos o programa de COHAB itinerante, que estamos indo nos conjuntos, com a ajuda das lideranças, acho que tem bastante liderança aqui, que conversamos. E estamos indo nos conjuntos para fazer as negociações. Até vou pedir para vocês, se vocês puderem, estar falando com o pessoal de vocês, se vocês tiverem empreendimentos que tenham parcelas em atraso, para estar nos procurando para estarmos fazendo esse itinerante no conjunto de vocês também. Então, só para mostrar para vocês que o número vinha crescendo, crescendo, e agora está diminuindo, acredito que graças a essa ação que nós estamos fazendo. Então, nós tínhamos lá, em dia 3.453, em atraso até 90, 1.792, inadimplentes, 4.638, num total de 9.883. Nossa inadimplência será 46,93. Hoje nós

estamos com 3.549 contratos em dia, 1.737 até 3 parcelas, inadimplentes 4.621, num total de 9.907 contratos, e a inadimplência baixou para 4.664. A minha parte é rápida, que eu só apresento esse pedacinho para vocês, mas eu fico à disposição que se vocês puderem estar divulgando isso na comunidade de vocês lá. E podem nos procurar, que vamos fazer o itinerante lá também. Muito obrigado. **Sr. Sidney:** Pessoal, retomando aqui a palavra, então ordem do dia, o item 2 é referente ao voto 2524, aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Habitação, referente ao primeiro semestre de 2024. Submeto agora a apreciação dos senhores conselheiros, se todos estiverem de acordo, permaneça com as suas mãos abaixadas, por gentileza. Então, declaro aí a aprovação do item 2 por unanimidade. Seguimos aqui, seguimos aqui na ordem do dia, o item 3, é a solicitação de voto de nº 26/2024, referente à aprovação da prestação de contas do plano de investimento do primeiro semestre de 2024 e revisão do plano de investimento para o segundo semestre de 2024. N este momento, vou passar a palavra para o diretor técnico de patrimônio da Quadro, o senhor Nilson Leônidas, que acompanha a mesa. Muito obrigado. **Sr. Nilson:** Vamos lá, retomando aqui, nos outros anos passados, temos feito um procedimento de mostrar a parte do investimento. O orçamento foi a parte inicial aqui, a parte do investimento, estou falando aqui, em obras executadas. Tem alguns detalhes, depois podemos entrar nas suas minúcias aqui, se for necessário. Então, lembrando aqui que tem aquela parte que é de custeio, que é aquela parte que o financeiro apresentou. Aqui nós temos os projetos de ações habitacionais da Vila Nova Cachoeirinha Boi Malhado, o Jardim Antártica, o Campo do Jardim Antártica, a Parque Europa, uma área de lazer, Vila Nova Cachoeirinha, uma área de lazer, Guido Caloi, uma área de lazer. Planejado, mas na prática, só teve os dois primeiros que tiveram andamento, os outros dois não vingaram os empreendimentos. O Guido Caloi é uma área que era da Minha Casa Minha Vida, que era uma área remanescente, que tinha que retornar para a Secretaria do Verde, não tinha uma definição clara. Então, tinha uma previsão de investimento que não se realizou. Realizou só o Campo do Boi Malhado, que foi a conclusão de uma demanda da sociedade, o terreno do FMH, que foi converter aquele campo com iluminação, com grama sintética, e teve um evento de inauguração no primeiro semestre agora. Esse aqui já está praticamente faltando só uma quierinha para o segundo semestre agora para pagar, porque na verdade já foi até inaugurado, o Jardim Antártica também é um campinho que nós estamos fazendo ali próximo à quadrinha, que é ali perto do Jardim Peri. É um campo que tem uma adutora da SABESP, em cima vamos fazer uma urbanização. Teve um comecinho da obra, vai continuar depois. A parte de remuneração do agente. Vamos lá, programas do Pode Entrar aqui. Remuneração do agente operador, aquela informação que o Sérgio passou, que a apuração é feita lá. Carta de crédito, nós temos um valor originário de R\$ 50 milhões. Só lembrando que as cartas de crédito estão sendo emitidas agora, nesse segundo semestre. Já tem umas 300 emitidas. Estão na fase de escolha de imóvel. As mulheres vítimas de violência estão indo ao mercado e procurando o imóvel dela. E ainda está em fase, já tem alguns aprovados, vai ter uma assinatura logo em breve. Isso vai ser refletido no segundo semestre, agora, no próximo plano. Tanto o Pode Entrar entidades e empresas, tinha uma previsão de R\$ 700 milhões aqui. Se você olhar o quadro do Emerson, você viu que tinha R\$ 4 mil de valores para o empreendimento do Pode Entrar. Aqui não tem valor investido, porque o valor investido foi do FUNDURB e outros Fundos aqui. Inclusive, você sabe muito bem aquele probleminha que teve lá no começo do ano. Angariaram dinheiro dos Fundos, porque o Fundo Municipal não tinha recursos, efetivamente aqui. Depois isso se estabilizou e continua assim até hoje. Essa demanda, reposição de valores de imóvel, como o Sérgio falou, também não teve essa situação. O Pode Entrar aquisição aqui, essa demanda de R\$ 1 bilhão que tem aqui também não estava prevista dentro do orçamento. Até teve aquele famoso empréstimo que está saindo agora, foi assinado agora, é uma coisa a ser refletida no segundo semestre. Em tese, não é o dinheiro do FMH também. Qualquer coisa, a Cristina pode dar alguma complementação se for necessário aqui, nessa parte da aquisição. Teve desembolso também, não é o recurso do Fundo, que vem recurso de outras fontes também. Alguma dúvida nesse sentido? Continuando aqui. A ampliação, reforma e requalificação de outras unidades. Projetos e áreas locais do FMH, fizemos a projeção de R\$ 1,5 milhão. Como estávamos com problemas de recursos, essas partes aqui não vingaram com os empreendimentos aqui. O que vingou aqui nesses empreendimentos foi a finalização do Mendonça Júnior, Nossa Senhora da Penha, Vila Nova Cachoeirinha, que estamos fazendo uma adequação numa quadrinha perto do campo do Boi Malhado. Inclusive, teve uma visita lá hoje, uma adequação naquela praçinha, que o pessoal chama lá. Sempre uma região difícil de mexer naquela situação. Existem sempre as projeções de unidades habitacionais que não foram em andamento, por exemplo, a favela Jacaraípe tem um estudo que foi feito, nem é estudo, fizemos uma adequação naquele alojamento que tem lá. Lembrando que esse alojamento tem mais de 15, 20 anos lá, naquele conjunto de Jacaraípe, quem não sabe, ali na Vila Prudente, perto do conjunto da COHAB, o alojamento está lotado lá. Nós tivemos que fazer mais uma obra de adequação porque tivemos problemas na parte das estruturas da caixa d'água, do madeiramento. Estava causando risco, fizemos uma adequação disso e já está concluído agora. Outras áreas ali, nós não mexemos naqueles terrenos. O Edifício Santo André tem uma situação de licitação de projetos, o 367 é um outro empreendimento, o Arte Palácio também tem outras ações que ainda não tiveram um andamento, até agora, esse primeiro semestre. Próximo. A parte de regularização fundiária, tivemos vários empreendimentos, não teve ação aqui. Não teve ação de regularização fundiária, apesar que as ações estão em andamento. Não teve obras para fazer, mas teve outros tipos de ações aqui

junto ao pessoal de CRF, que não demandam de um custeio isso aqui. Foi tocado com a equipe interna aqui, junto à CRF, vários empreendimentos aqui. Tem o Munk, tem vários outros. A COHAB contatou uma empresa, que é uma Fundação, a FOCAF, que está fazendo um trabalho lá nessas regiões, não utilizando o recurso do FMH, com os recursos da COHAB aqui, para fazer ações em algum desses empreendimentos. Eles nunca saem dessa lista aqui, vão saindo à medida que foram regularizados, e é um processo realmente lento junto à CRF, fazendo adequações novas. Alguns já estão chegando perto de conclusão agora no segundo semestre, ou mais no ano que vem. Lembrando que tem uma meta de 230, 220 mil, e já teve um número bem expressivo de regularizações. Esse aqui ainda está andando. Podem ver o Recanto ali, está no E30. O Recanto, o pessoal da COHAB estão dando apoio ao pessoal da associação, lembrando disso, aquelas questões junto à Receita Federal, e aquela aprovação ainda está pendente para concluirmos isso, e acabar essa novela bem longa, depois para discutirmos. Depois entrar naquela outra parte, na conclusão daqueles serviços que faltam apresentar. Então, essa é uma história que eu conheço, você conhece muito bem, há muito tempo essa novela. O Sapê está na área da SEHAB, Minas Gás também. Já fizemos várias ações lá no Minas Gás. E tem alguma questão de remoção de algumas edificações que estão em torno dos conjuntos. Acontece que tem um conjunto que teve uma construção indevida junto às áreas que seriam passíveis de regularização dos conjuntos. Então, para regularizar isso, não é que não pode incorporar, não tem como incorporar. Tem que ter uma remoção dessas famílias. Isso implica em auxílio-aluguel e outras ações ainda, não são as ações fáceis. Essa pessoa tem que entrar na fila do auxílio-aluguel e tomar outra postura na negociação. O que for possível regularizar, vamos tentar fazer nesses conjuntos. Próximo. Continuando, Uirapuru, Vila Mara. Quarto Centenário já está concluído. Caranazal já fizemos, José Paulino, não tem recurso, esses aí têm empreendimento para fazer, tenho até algumas licitações, mas não tenho recurso para o Fundo fazer isso. Talara, também outras situações. Locação social, individualizações de hidrômetro, só um comunicado aqui. A empresa que estava fazendo, ela isso desistiu do contrato, ela tomou uma multa por não execução do contrato. O pagamento até é pequeno em relação ao objeto. Ele está pagando em quatro parcelas. Esse valor, ele pagou a primeira parcela esse mês agora, para ele não ser unido e feita essa situação que está aqui. Outros investimentos no parque do Gato Olarias vão receber aqui no segundo semestre, que é uma característica do FMH ao longo dos anos. Fazer ações no segundo semestre parece que aparecem as coisas aqui. Então, o planejamento foi executado. Foi executado alguma coisa ali. Podem ver que no Olarias teve algumas ações, acho que vai aparecer no próximo slide. Estamos reformando, modernizando todo o parque de elevadores da locação social. 100% dele colocando. Vai acabar aquela história lá do Olarias, que não tem elevador lá há dez anos, que o elevador não funciona lá. A empresa está colocando investimento lá. Apareceu um pequeno investimento. É uma novela, você sabe também, não é, Fátima? Independente de ações que tiveram nesse sentido lá, independente do vandalismo, nunca aconteceram. E visa também uma regularização. Como é que eu posso fazer uma regularização do Gato, do Olarias? Se eu não tenho algumas ações de AVCB, porque eu não tenho nem elevador lá que não vai passar o corpo de bombeiro isso aí. Próximo. Aí vai entrar aquela parte da vigilância patrimonial. Teve uma indenização de contratos de ideia. Vigilância, esse contrato sempre está ativo. Teve um investimento de R\$ 2.600 milhões, que é o pessoal da Gossil, que vimos utilizando ele constantemente, que faz as rondas, tem os postos fixos. É um contrato assinado, um contrato de três anos que temos com a Gossil. E faz a vigilância dos nossos bens aqui vinculados ao FMH. O contrato também abrange a COHAB, mas não é objeto de ação aqui. E a transportadora e guarda de bens aqui, ninguém gosta disso aqui, são ações de reintegração de posse que são feitas pela COHAB. Então, temos diversas ações judiciais aqui. Quando vai fazer uma remoção, uma retirada, fazemos um apoio de caminhão, guarda de bens. Aqui nós temos recursos próprios, investimentos de R\$ 1 bilhão projetado, outras despesas de pontos municipais de R\$ 1 bilhão. Quanto fizemos aqui? R\$ 9 milhões. É um valor bem irrisório, porque não tinha recurso do FMH, e foi jogado no recurso de outras fontes. Então, carregou, na verdade, praticamente no próximo voto vamos ver que replicou praticamente os valores de investimento do segundo semestre em linhas de falta orçamentária aqui no programa. Alguma dúvida? **Sr. Sidney:** Algum conselheiro quer a palavra? Podemos seguir? Bom. Então, aqui neste momento, submeto às 16 horas e 7 minutos a aprovação, então, pelos senhores conselheiros do voto 26/24, referente à aprovação de prestação de contas do plano de investimento do primeiro semestre e revisão do plano de investimento para o segundo semestre de 2024. Se todos os conselheiros estiverem de acordo, permaneçam com as suas mãos baixadas, por favor. Declaro, então, aprovação por unanimidade. E seguimos aqui para o item 4 da nossa pauta, que é a solicitação de voto de Conselho Executivo do Conselho Municipal de Habitação, nº 27/24, no qual requer autorização para formalização de acordo no processo judicial, que está colocada aí em tela, para vocês o número, em trâmite perante a sétima vara cível do Fórum de Santo Amaro, de São Paulo, onde a COHAB foi propôs a ação de prestação de contas em face da Associação Parque Residencial Talara, com recurso do FMH. Nesses termos, convido aqui, então a nossa diretora técnica da COHAB, a senhora Cristina Pimenta, para fazer a apresentação. **Sra. Cristina:** Nós não trouxemos a apresentação do Talara porque é uma situação que já é uma velha conhecida dos conselheiros, já faz algum tempo. Eu trouxe só um breve resumo para contextualizar qual era a situação do Talara. Nós já trouxemos também na reunião do Conselho a título de informe, e nós viemos trazendo aqui para vocês para aprovação, porque é pauta financeira. A origem desses recursos do Talara, teve

um convênio assinado em novembro de 1991, para contratar 102 unidades na área da PMSP, com recursos do extinto FUNAPS. A origem da glosa, foi uma glosa na prestação de contas na última liberação, em agosto de 2003. À época, o valor de R\$ 33.163,00, que era a última liberação de recursos, que a associação não conseguiu prestar contas desse recurso que foi liberado, ele foi glosado, e a COHAB ficou em cobrança administrativa durante um tempo. Eles não conseguiram justificar o gasto, não conseguiram comprovar, e em 2008, a COHAB tem, enquanto órgão operador da FMH, ela tem o poder dever de zelar pelos recursos do Fundo, a COHAB propôs uma ação judicial em 2008, para fazer essa cobrança em vias judiciais. De lá para cá, já tiveram mais de uma sentença favorável, para que a COHAB ressarcisse esse dinheiro da associação. Mas estamos falando de associação de moradores, de pessoas de baixa renda, que não têm patrimônio, não têm o que ser sequestrado, não têm bens a serem penhorados, eles não tinham condição de pagar, e isso ia recair sobre as famílias que estão lá lutando, que lutaram para ter sua moradia. Então, nós tentamos algumas vezes, isso já foi trazido aqui também no Conselho, já se pediu, tentamos pautar isso, mas não tínhamos a base jurídica para que o Conselho aprovasse um acordo tendo uma sentença judicial falando que tinha que pagar. Então, esses R\$ 33 mil em 2003 viraram, em 2023, um valor de R\$ 250 mil, que não tinha nenhuma condição deles pagarem. Então, o que foi feito? A associação, através do seu advogado, propôs, na ação judicial, um acordo para falar que tinham condições de pagar a correção administrativa, porque os convênios antigos da COHAB, a correção era pelo juro de poupança. E quando você entra com a ação judicial, começa a correr juros da tabela TJ, que é mais de 1% ao mês. Não existe nenhuma aplicação financeira no Brasil que renda mais do que uma tabela TJ. Virou uma dívida impagável. Então, em agosto deste ano, após propor isso na ação, teve uma reunião entre os advogados da COHAB e a advogada da associação propondo, falando assim, entramos com esse pedido de acordo na ação judicial. Vocês aceitam? Então, a COHAB traz para vocês, nós estamos fazendo para vocês aprovarem. Até 31 de agosto deste ano, o valor estava em R\$ 86.767,00. A associação já depositou esse valor à vista, aguardando só o de acordo de vocês, para podermos encerrar essa ação judicial e, finalmente, a associação sair dessa situação de irregularidade, sair do Cadin, porque, quando uma associação está de frente com a COHAB, ela entra no Cadin Municipal. E para que as famílias também possam receber as suas escrituras, porque fica tudo vinculado ao convênio. Enquanto ele está irregular, enquanto ele não é encerrado, as famílias também não conseguem receber sua escritura. Teve uma análise também do jurídico, porque uma coisa que se aventava muito, inclusive na gestão passada, o Secretário-Adjunto anterior, Leonardo, tinha muito medo da questão de renúncia de receita, porque uma vez ventilaram que, se a COHAB aceitasse um acordo pela correção administrativa, ela estaria renunciando receita. Foi feito um parecer jurídico no nosso processo também, onde a renúncia de receita foi afastada, porque o recebimento de uma glosa é uma medida de ressarcimento, não constitui receita arrecadada. A receita são as prestações que recebemos todo mês em nome do FMH. Se falássemos assim, não, você não precisa mais pagar a prestação, aí seria uma renúncia de receita, mas estamos falando aqui de uma penalidade que está sendo aplicada à forma mais justa de correção. Então, apresentamos esse pedido de voto para que se autorize a formalização de acordo no âmbito do processo judicial e encerre o convênio com o residencial Talara. Alguma dúvida? **Sr. Sidney:** Senhores conselheiros e conselheiras, retomo aqui então a palavra e, se não há nenhuma dúvida, submeto então a votação, a solicitação de voto 27/24, que requer a autorização para a formalização desse acordo no processo judicial na Sétima Vara, a COHAB propôs a prestação de contas em face da Associação Parque Residencial Talara, como segue, se todos os conselheiros estiverem de acordo, permaneça com as suas mãos abaixadas por gentileza. Registre-se aí então a aprovação por unanimidade. Seguindo aqui então na ordem do dia, nós temos o item 5, que é a solicitação de voto de nº 28/24, cujo objeto requer aprovação dos parâmetros relativos ao sistema de financiamento, a taxa de juros remuneratórias, a multa e os encargos moratórios e os incidentes nos financiamentos habitacionais do âmbito do Programa de Provisão Habitacional do Município de São Paulo. Neste momento, convido então a Mariana para fazer a sua apresentação. Obrigado, Mariana, você tem a palavra. **Sra. Mariana:** Boa tarde. Vim fazer a apresentação para vocês em linhas gerais dessa solicitação de voto, a qual busca regulamentar o Artigo 10º, parágrafo 3º do Decreto Municipal 63.088. Para quem não conhece, só para fazer um resgate, esse decreto foi um decreto publicado ao final de 2023, e foi um decreto o qual busca trazer as regras gerais para comercialização das unidades habitacionais vinculadas aos programas de provisão habitacional aqui do município. Então, esse decreto traz algumas linhas, algumas diretrizes e direcionamentos em relação como a COHAB fará a comercialização das unidades, assim como também para as diretrizes em relação à emissão dos TPUs para as unidades habitacionais que são regulamentadas por meio de termos de permissão de uso. Nesse decreto nós temos, como não dá conta de trazer tudo esmiuçado, todos os parâmetros de forma tão pormenorizada, nós colocamos em alguns artigos a necessidade de regulamentações posteriores, por meio de portarias, instruções normativas, enfim. Então, essa minuta de portaria que vem sendo discutida pela SEHAB, vem sendo discutida, na verdade, desde meados do ano passado, veio sendo trabalhada entre a SEHAB e a COHAB ainda este ano, já passou pelo nosso jurídico, pela nossa assessoria jurídica, ela visa, então, reger o que está proposto no Artigo 10º do decreto. Então, qual é o objetivo dessa Portaria? É definir o sistema de financiamento, a taxa de juros remuneratórios e a taxa de juros e multas dos encargos pagos com atraso referente ao financiamento habitacional dos imóveis no âmbito dos programas de provisão habitacional do município, como falei,

regulamenta o Decreto 63088. Como bem sabemos, o programa de provisão, então, ele tem como objetivo o atendimento habitacional definitivo às áreas dotadas de infraestrutura, ou seja, por meio da oferta de unidades habitacionais, dos estoques públicos. Esse normativo, que foi o normativo que comentei com vocês, que é o decreto, ele veio, então, reunir as regulamentações que nós tínhamos anteriormente, nós tínhamos uma difusão, uma profusão de instrumentos normativos, que regrava a mesma coisa, só que em vários instrumentos normativos. Então, a proposta do decreto foi consolidar tudo isso em um instrumento para que fique mais fácil, inclusive, a própria operacionalização. Então, os normativos anteriores ao Decreto 63088, eles eram muito antigos, nós trabalhávamos com uma legislação bem antiga, eles estavam defasados e, também, muitas vezes, incompletos. Por que dizemos incompletos? Porque a política veio caminhando, a realidade veio caminhando e, muitas vezes não dava conta de responder aquilo que nós estávamos operacionalizando. A exemplo, o próprio programa Pode Entrar, que inclusive, também foi um impulso para que pudéssemos olhar para os normativos anteriores e reescrever tudo isso em uma legislação. Então, a falta de autonomia na implementação da política também fez com que buscássemos esse decreto, e as equipes também atuavam sem critérios padronizados. Então, nós buscamos, na verdade, a partir de tudo isso regulamentar por meio desse decreto que foi do final do ano de 2023. Aqui é um documento meu, que até coloquei para vocês anteriormente para que vocês tivessem entendimento de como esse decreto foi pensado. Inclusive, a própria portaria que vem regulamentar o Artigo 10º vem respaldado tanto no Plano Diretor, com base nos objetivos que temos da política de adaptação, como no próprio programa Pode Entrar, e por conta dos normativos que foram revogados. Então, trouxemos os itens dessas legislações, inclusive daquilo que foi revogado, para essa portaria e para o decreto. Então, quais são os parâmetros que nós estamos propondo nessa portaria? Essa portaria, em primeiro lugar, vamos chamar de item 1. Estamos propondo a dispensa, a incidência de juros sobre o saldo devedor financiado, na hipótese do mutuário se manter adimplente, se o mutuário está adimplente, esses juros não existem a incidência. Isso não se aplica ao desconto adimplente da parcela mensal que ocorrer em atraso superior a 120 dias. Então, se houver um atraso superior a 120 dias, esse desconto não acontece, não se aplicaria. Uma outra proposição que nós estamos colocando nessa portaria, sobre a parcela com atraso superior, caso tenhamos uma parcela que seja superior a 120 dias de atraso, o que vai incidir nessa parcela? Nós vamos ter multa de mora no valor de 2% e correção monetária pelo índice nacional de preços ao consumidor - IPCA e IBGE, ou por outro que venha substituí-lo. A amortização pelo sistema de amortização SAC, que é o constante, o SAC. A taxa de juros remuneratórios de 2% ao ano para o financiamento realizado por famílias com renda até os limites de HS1, os limites de renda de HS1, e 4% ao ano para o financiamento realizado por famílias com renda de limite até HS2. Então, seria tentar equiparar um pouquinho, ganharia um pouquinho mais, teria uma taxa de juros um pouquinho maior. E, por último, seria o item 5, o saldo devedor do financiamento, ele será corrigido, isso inclusive, é um texto que já está presente, só trazemos para a portaria, mas ele está presente no Decreto 6388, que é o saldo devedor do financiamento, será corrigido mensalmente pelo índice nacional de preços IPCA e IBGE, ou por outro que venha também a substituí-lo, sendo as prestações mensais atualizadas normalmente por ocasião do aniversário do contrato, nos termos do Decreto 63088. Então, esses itens são os itens que vão reger toda essa questão do sistema de financiamento para que a COHAB consiga operacionalizar esses contratos de financiamento das UHS. Então, a nossa proposta de texto para aprovação, para que essa portaria seja publicada, como eu mencionei a vocês, ela já passou por todas as áreas técnicas, já passou tanto por SEHAB quanto por COHAB, já passou pela nossa área jurídica, resta agora apenas a aprovação do Conselho, a nossa proposta é passar para que vocês tenham conhecimento e aproveem como isso vai ser regrado. Então, o nosso texto para aprovação é que o Conselho Municipal, no uso das suas atribuições legais, resolve aprovar os parâmetros relativos ao sistema de financiamento, a taxa de juro remuneratório, a multa e os encargos moratórios incidentes nos financiamentos habitacionais nos âmbitos do Programa de Provisão do Município de São Paulo, conforme segue. Aqui é o texto literal que vai ficar na portaria, nos itens. Eu não trouxe toda a portaria porque ela traz textos que são além, mas as regras que são as mais importantes, nesse caso, para aprovação, elas estão contidas nesse texto, que é o texto na lateral, que é o mesmo conteúdo que eu li anteriormente. Não sei se tem mais alguma outra coisa. Não, não tem. Pode falar.

Sra. Fátima: Eu fico muito preocupada com essas taxas. Sinceramente, eu fico muito, porque nós estamos falando, vou dar um exemplo de idosos. Tem vários idosos, inclusive atendemos na União dos Movimentos de Moradia, que não estão conseguindo pagar e estão sendo despejados da sua moradia. E nós não estamos falando do idoso que vai entrar agora, estamos falando do idoso que há anos estão pagando suas unidades. E com essa questão de taxa, se o idoso fica doente e ele não consegue pagar por cento e poucos dias, ele depois não vai conseguir pagar mais, com a questão dos juros, com a questão dos acréscimos. É preocupante. Eu acho que são coisas que não... Estou dando a minha opinião enquanto conselheira suplente, que a minha conselheira está aqui, que vota. Eu acho que essa resolução não pode ser votada aqui. Eu acho que ela tem que ir para o pleno. Não tem condições de votar uma resolução dessa aqui, aonde tem milhares de famílias, não só idosos, mas outras famílias que não vão conseguir arcar com a sua taxa de pagamento em dia por algum motivo, e aí ele vai negociar e não vai conseguir pagar com essas taxas de juros que vão ser cada dia mais altas. Obrigada.

Sr. Sidney: Mais algum conselheiro quer a palavra? Verinha.

Sra. Vera: Eu só queria ponderar com os conselheiros, Secretário, como a colega falou, que tem mais coisas que você só pegou por cima, para que não

aprovássemos aqui hoje, para que tivéssemos um cuidado, lesse com mais calma, com mais tempo, porque nós não estamos falando de uma coisa que é provisória, é uma coisa que é definitiva. Então, eu queria só pedir essa ponderação dos conselheiros aqui para lermos com calma, não é pegar as coisas principais, porque eu acho que é um tudo que é principal, e não tivemos esse tempo, então, adiar para a reunião do Conselho.

Sr. Maksuel: Satisfação, boa tarde, Maksuel, Instituto Social Nova São Paulo. Eu vejo com bastante preocupação sobre a questão de quando você coloca multa e mora, principalmente ali que tem um percentual HS1 de 4%, e acho que tinha que fazer primeiro uma projeção. Acho que tem uma equipe técnica aqui preparada, acho que, em longo prazo como que isso impactar na vida da pessoa que está recebendo essa questão dos juros. Vou na linha que a Verinha acabou de colocar. Isso daí não é uma coisa provisória, é uma coisa em longo prazo. Subentendemos também, como foi colocado, sobre a questão que tem uma inadimplência muito grande sobre a questão dos contratos em vigência. Tem pessoas que não têm esse senso de responsabilidade de cumprir o mínimo de obrigação que também o município coloca, mas acho que é importante, como foi colocado pelos companheiros aqui, levamos isso para o Conselho e já uma apresentação, já que seja feita uma apresentação, uma projeção, o que isso vai impactar há cinco, dez, quinze anos sobre a questão dos contratos que estão em vigência e dos contratos que vão ser assinados. Obrigada.

Sr. Sidney: Mais algum conselheiro quer palavra? **Sr. Celso:** Boa tarde, Celso Sampaio, professor. Eu gostaria de dizer que eu concordo com o Maksuel. Eu acho que é muito importante levarmos para o pleno e levar uma projeção, um estudo de projeção para esclarecer para os conselheiros, para que eles possam tomar uma decisão mais informados, inclusive se os conselheiros puderem levar isso já para suas bases, conversar com as famílias e depois virem um pouco mais informados com os problemas das famílias e ainda conhecer estudos para que eles possam tomar essa decisão com mais tranquilidade.

Sra. Mariana: Concordo, acho que, se a mesa não se sente confortável, a palavra correta é essa, se não se sente confortável, entendo que se deve amadurecer mais. De qualquer modo, só uma ponderação que eu gostaria de fazer, que a ideia foi trazer para esse instrumento regras inclusive já vigentes. Então, parte do que está colocado aqui não são regras tão novas assim. Só para esclarecer esse ponto e uma sugestão, se puder fazer, é que na próxima reunião, quando houver esse esmiuçar da coisa, seria interessante que alguém da equipe técnica financeira da COHAB estivesse presente, porque inclusive boa parte desse conteúdo, por ser um conteúdo financeiro, tanto do financeiro, quanto comercial, seria interessante para que eles pudessem apresentar tanto esse estudo, como foi proposto, quanto algumas outras dúvidas em relação à própria operacionalização desse conteúdo. Acho que seria o mais adequado.

Sr. Sidney: Ok, então, a mesa retoma aqui a palavra. Conforme a maioria dos conselheiros se posicionaram, e por bom senso, se assim todos estiverem de acordo, vamos marcar essa pauta para a próxima reunião e convidar o diretor financeiro da COHAB para que ele possa dar maior subsídio e detalhamento sobre esse estudo. Todos estão de acordo? Fiquem com suas mãos baixadas. Declaro, então, para constituir isso aqui para a próxima pauta, e aí vamos ter o tempo aberto para poder fazer a apresentação. Obrigada. Seguindo aqui na ordem do dia, promovemos aqui o item 6 da pauta, que trata da apresentação da proposta da PLOA 2025 da Secretaria Municipal de Habitação para falar sobre o planejamento orçamentário. Nesse momento, eu convido aqui a senhora Queila para nós fazer essa apresentação. Queila, você tem a palavra. Obrigada.

Sra. Queila: Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Queila, sou Diretora de DEPLAN, diretora de planejamento da SEHAB. Trouxemos aqui um pouquinho para vocês como foi o processo orçamentário de 2025. Vamos falar um pouquinho de SEHAB. Fizemos também a consolidação da COHAB. Aqui estão todos os dados da PLOA de 2025. Aqui é um pouquinho só como é o orçamento, quais os modelos do governo que temos e no modelo hoje que fazemos. O Plano Plurianual, o PPA, ele é feito a cada quatro anos. As diretrizes orçamentárias anual e o orçamento nosso anual também. Aqui temos toda essa questão orçamentária de planejamento e, com isso, fazemos também os programas de metas. Aqui fazemos a definição, as ações prioritárias da prefeitura. Fazemos uma planilha de necessidades. Depois de tudo isso pronto define-se as metas, os indicadores. Monitoramos mensalmente esses indicadores de todas as áreas aqui de SEHAB. Aqui é um pouquinho do Plano Plurianual, então ele é de 2022 a 2025. Agora estamos no momento de 2024 fazendo a elaboração do orçamento de 2025. Como a gente inicia esse processo orçamentário? Fazemos uma coleta, classificação e sistematização das demandas de necessidades de todas as áreas de SEHAB, da COHAB também. Fazemos uma planilha. A gente define os pontos focais, os interlocutores entre cada área de SEHAB. Fazemos a pactuação dos processos, datas, prazos, e a gente sistematiza um pouco esse planejamento. Logo depois, fazemos uma análise das demandas, das necessidades. Então, cada área preenche as suas prioridades e as suas necessidades. E aí fazemos toda a estruturação orçamentária de SEHAB. Após toda essa análise e a consolidação de todos esses dados, de todas as áreas de SEHAB, fazemos uma análise do parâmetro enviado por SF. Então, em determinado período do ano, a gente termina a nossa estruturação orçamentária e aí vem o parâmetro enviado pela Secretaria da Fazenda. Aí vamos fazer o envio da proposta orçamentária. Então, enviamos pelo sistema, a DAP envia o sistema, toda a questão orçamentária para Secretaria da Fazenda. E aí depois vamos ter a avaliação depois de aprovado por SF, depois a SF retorna para nós e fazemos o envio da versão final para Secretaria da Fazenda. E aí vamos fazer futuramente, em 2025, acompanhamento da execução orçamentária. Então, se há necessidade de fazer algum replanejamento, dependendo do valor que vai ser aprovado, vamos fazer o acompanhamento, se necessário um replanejamento de

todas as áreas, porque aí, dependendo do valor disponibilizado pela Secretaria da Fazenda, é possível que tenha que fazer algum replanejamento com as áreas. Fazemos o acompanhamento geral da execução orçamentária de previsto e realizado e o monitoramento de controle interno e externo. Só para vocês entenderem um pouco em que momento da PLOA estamos. Então, fizemos já a coleta, a sistematização das necessidades todas prontas, tá tudo ok. Análise das necessidades, então, o orçamento já foi fechado de 2025. Fizemos a pactuação interna das necessidades orçamentárias e envio das propostas para Secretaria da Fazenda, também está ok. E aí a elaboração do projeto de lei orçamentária da PLOA 2025. Então, o responsável é a Secretaria da Fazenda e SGM e já foi iniciado, mas o processo ainda não foi concluído. Depois vai para tramitação da PLOA no Legislativo, na Câmara Municipal e isso é bem no final do ano, dezembro, e aí eles fazem a aprovação do orçamento. E aí sim voltamos lá para 2025, em janeiro, quando a gente verifica o que realmente foi aprovado e, se necessário, fazemos o replanejamento do orçamento de 2025. Aqui é um pouquinho sobre o Orçamento Cidadão, um processo de consulta à população para acolher as contribuições de alocação dos recursos orçamentários da Prefeitura. Então, o que veio de solicitação para a SEHAB entrou no orçamento da PLOA de 2025. Então, a gente recebe as propostas, já teve priorização. Dependendo às vezes há uma sugestão em que a SEHAB não consegue atender por N motivos, e aí há justificativa. E o que está aprovado entra já dentro do orçamento de 2025. Aqui é só para vocês entenderem um pouquinho como é feita essa planilha de necessidades, o escopo, o valor de investimento que vamos ter para o ano de 2025. Então, separamos por escopo. Então, ações de apoio habitacional, administrativa, RS 46 milhões, contratos de serviços, desapropriações. Os principais custos são obra de provisão habitacional, que temos aí RS 1,2 bilhão, e obra de urbanização, RS 1,180 bilhão. Projetos, tanto de provisão quanto de urbanização, RS 53,161 milhões. Regularização fundiária, RS 369 milhões. Trabalho social, RS 187 milhões. E, no total geral de SEHAB, RS 3,478 bilhões. Esse é o orçamento que foi enviado para a Secretaria da Fazenda. Não quer dizer que é o que vai ser aprovado. Aqui um pouquinho só separado para vocês entenderem um pouquinho. Então, o que é de desapropriação, urbanização, projeto e obra. O que hoje está em andamento e o que está a contratar. Então, Projeto, 144 ainda a contratar, em andamento RS 10 milhões. Em obra, em andamento, já tem RS 1,077 bilhão. Então, dá para vocês perceberem que tudo que está lá no orçamento está em andamento. A provisão habitacional, a mesma coisa também. Se olharmos lá em obra, em andamento, já tem RS 1,070 bilhão. E projeto em andamento 23. E aí já tem o pacote licitatório de RS 25 milhões. Regularização fundiária a contratar 283, em andamento RS 85 milhões. E trabalho social em andamento 102. Aqui é um pouquinho mais só para visualização, mais ou menos do que acabamos de falar. Então, desapropriação, urbanização. O que está em verde é em andamento. Então, vocês podem observar que o que está no orçamento é o que está sendo realizado, o verde. O azul é o que está a contratar, a desapropriação é marrom. O que está em pacote licitatório é o que está em laranja. E o que está em suspenso, praticamente quase nada. Esse mapa é um mapa bem interessante, porque ele é bem visual e ele mostra direitinho o investimento em habitação por subprefeitura. Então, se vocês conseguirem ver, o vermelho mais forte é o que temos de RS 150 a RS 200 milhões. O marromzinho é acima de RS 200 milhões, que é o principal, é o que está na área de mananciais, o valor maior. Esse marromzinho é o acima de RS 200 milhões, que está na área de mananciais. Embora aqui também na área de mananciais. E nas outras subprefeituras, de RS 100 a RS 150 milhões. A laranjinha de RS 50 a RS 100 milhões. E o laranjinha mais clarinho até RS 50 milhões. Mais ou menos ali, separado para vocês entenderem as subprefeituras e os valores destinados a elas. Aqui, separado um pouquinho por SEHAB e COHAB, também fazemos a consolidação da COHAB. A COHAB faz toda a planilha de necessidades deles também. E fazemos essa consolidação para que tenhamos os dois números, de SEHAB e COHAB, do FMH e outros Fundos. Então, só para vocês entenderem um pouquinho do histórico e o que estamos hoje, em 2024. Temos um orçamento, o que foi empenhado e o que foi executado. O que foi liquidado e o que foi executado. Em 2021, tínhamos orçado de 1,800 bi. Foi empenhado 1,115 bi. E foi liquidado 1,019 bi. Efetivamente, o que foi concluído e pago é 1,019 bi. Em 2022, orçado 3,781 bi. Empenhou 1,925 bi. E liquidado 1,502 bi. Em 2023, 5,029 bi. Empenhou 3,408 bi. E liquidado 3,258 bi. Em 2024, 6,905 bi foi orçado. Empenhou 3,354 bi. E até setembro, 2,758 bi. Então, ainda temos uma estimativa de setembro até dezembro. Mais ou menos em torno do valor, pelo menos daquele valor que está empenhado em 2024. Dá para observar que vem em uma crescente o investimento em habitação desde 2021. Então, o que liquidamos em 2021, 1 bi. Em 2022, 1,5 bi. Em 2023, 3,258 bi. Em 2024, também devemos superar o valor de 2023. E o orçamento para 2025, 3,5 bi também. Mais a COHAB, 3,5 bi. Aqui também, por órgão e por ano, pusemos o orçado atualizado, empenhado e liquidado, para vocês entenderem o valor total. O FMH é o pretinho, a representação dele no valor total. O azulzinho é da COHAB. E o verde é a Secretaria de Habitação. Aqui, um pouquinho por órgão. Então, SEHAB, FMSAI, FUNDURB, SMUL, COHAB e FMH. Então, os parâmetros, um pouquinho para vocês entenderem. Esses que estão em azul, são os parâmetros que vieram da Secretaria da Fazenda. O que veio da Secretaria da Fazenda foi 1,947 bi. Desse 1,947 bi, 1,400 bi foi solicitado para o Programa Pode Entrar. As necessidades orçadas por SEHAB e COHAB estão em 8,904 bi. Isso quer dizer, lá na coluna vermelhinha, que estamos com 6,800 bi na pressão. O que isso quer dizer? Quer dizer que vamos verificar, depois da aprovação no Legislativo, se foi aprovado o que realmente vai vir para nos programarmos, SEHAB e COHAB, entendermos qual é o

nosso orçamento da PLOA de 2025 e, se necessário, fazermos um replanejamento. Aqui um pouquinho também dos parâmetros de SF. As necessidades é o que está em verde, o que está na pressão é em vermelho e o parâmetro que a SF mandou é o azulzinho. É isso. Se vocês tiverem alguma dúvida, estou à disposição. **Sr. Sidney:** Verinha. **Sra. Vera:** Eu sei que é uma previsão, estamos começando a discutir, não tem nada ainda definido. É uma dúvida. Aquelas entidades que têm um termo que não conseguiu contratar, elas estão aí previstas? Esse novo chamamento que está sendo feito, é só o cadastro? Como que vai ficar? Porque senão aprovamos um monte de entidades que se habilitou, algumas que ainda faltam documentos. Como vamos trabalhar isso? Essa questão financeira para 2025. Não sei se entendeu a pergunta. **Sr. Sidney:** O Nilson vai tomar a palavra e tentar responder você, Verinha. Nilson, por favor. **Sr. Nilson:** Verinha, é o seguinte. Realmente, você viu que nós temos um orçamento aí, vou arredondar aqui, de quase R\$ 7 bilhões, que falta esse dinheiro. Está nitido o número que falta esse dinheiro. E o programa das entidades, ou outros programas, estão dentro dessa continha também. Ou o cobertor é curto e vai ter que se encaixar. Nós estamos naquele lado de lá, o parâmetro da SF é o azulzinho. Nós estamos pedindo R\$ 9 bilhões, e está faltando R\$ 7 bilhões. Essa é a conta. Então, precisa de uma gestão de movimentação para alcançar essa suplementação orçamentária aqui. **Sr. Sidney:** Verinha, o que eu posso falar para vocês? Só para complementar aqui, Fátima, pode ser? Só complementar aqui a resposta do Nilson. O que eu senti o ano passado? O Maksuel esteve lá presente na Câmara Municipal. Temos as nossas necessidades, nós colocamos, tudo que vem de demanda, a gente coloca lá. Só quando chega na Câmara Municipal, temos que se mobilizar, pessoal, para que não tenhamos recursos cortados. Porque nós temos um orçamento, quem determina o orçamento, os cortes, é a Câmara Municipal. Então, cabe uma mobilização, Verinha, não é, Maksuel? O Maksuel sabe disso. Falei, Maksuel, o pessoal quer reclamar, mas, na hora, vamos ver, tem que chegar lá junto e falar - "Cara, nós queremos dinheiro para a habitação, cadê o recurso da habitação?" Porque, senão, eles cortam e depois o Tesouro segue o que eles cortam. Ficamos sem recurso para poder tocar todos os projetos. E aí, só mais uma dúvida aqui, que eu tenho. Este ano, você não comparou o executado deste ano, não, não é? Tem, anteriormente, não é? E se as operações de crédito estão dentro desse valor que você colocou que entrou este ano de recurso. Porque eu acho que não está, não é? **Sra. Queila:** Eu acho que não está. **Sr. Sidney:** Então, são alguns bilhões a mais, você devia ter colocado aí que realmente nós fizemos essas operações. **Sra. Queila:** Essa última que saiu agora, não é? **Sr. Sidney:** É, porque se você contabilizar isso aí, é por isso que nós estamos entregando moradia, porque está vindo recurso. Entendeu? Então, mesmo sendo de outras fontes, cooperação de crédito, tem que constar porque faz parte do orçamento. Veio o recurso, entendeu? Aí sai da pressão e vim para o lado de cá. É só uma observação que faço no seu trabalho. Está bom? **Sra. Queila:** Sim. Volte um pouquinho, por gentileza. Aqui estamos mostrando p que ainda estamos executando em 2024, o 2.758. E aí tem a previsibilidade de gasto até dezembro. Aqui é o que está na PLOA que preenchemos para 2025. Então, esse 3.478 de SEHAB mais os 3,5 de COHAB, o que foi preenchido e enviado para a Secretaria da Fazenda. Eu vou perguntar depois para eles, mas eu tenho a impressão de que esse que veio agora a gente não tinha colocado, até porque ele chegou agora. **Sr. Sidney:** Acho que sim. Acho que não colocou. Não é? **Sr. ...** A consolidação dos valores que colocamos naquele outro slide, de 2021 a 2024. 2024 considerou até o dia 17 de setembro. Tudo que foi consolidado daquilo que foi executado, empenhado até 17 de setembro. Então, se essa operação de crédito foi feita antes dessa data, isso está nessa planilha. Isso está computado nessa planilha. Então, acho que isso é uma coisa importante. **Sr. Sidney:** Foi posterior. Provavelmente, por isso que não está contabilizado aí. Mas, na próxima atualização que você fizer, você vai ver que o valor vai aumentar bastante. Bom, acho que agora a conselheira Fátima pediu a palavra. Depois o Maksuel, pela ordem. **Sra. Fátima:** Tenho dois questionamentos que coloquei ali. Coloquei uma observação que não vi. Dentro desse orçamento, está a desapropriação de terreno diário para novas unidades habitacionais? Então, quero saber se está ali. Outra coisa, Secretário, no ano passado, tínhamos colocado essa questão do orçamento, como o senhor colocou, que foi no último dia. Porque, quando os conselheiros estão sabendo que o orçamento vai para a Câmara, e estamos atentos a isso, claro que cabe também nos mobilizarmos para que tenha uma aprovação de orçamento na Câmara. Correto? Mas, para isso, temos que saber antes o que está indo para a Câmara, quando está sendo colocado, para que consigamos mobilizar e a gente vá para a Câmara fazer com que realmente o orçamento seja um orçamento que nós queremos e que a população quer ser aprovado. Então, acho que tem que entrar. Eu queria saber se está essa questão de nova compra de área, desapropriação de área dentro desse orçamento. E, se caso não tiver, para colocar, porque sabemos, eu vi lá que tinha trocentas entidades que foram aprovadas, agora no novo Pode Entrar, umas que vão entrar com recurso, e que eu sei, se não estou bem enganada, tinha umas 300 entidades lá inscritas nesse novo programa do Pode Entrar. E se não tivémos um orçamento concreto, um orçamento que realmente dá para construir, vamos ficar sofrendo a consequência que estamos sofrendo agora. Não tem orçamento, não tem dinheiro, a gente aprova a prestação de conta, nós aguardamos, esperamos, contando que hoje muitas famílias estariam até morando no empreendimento, e devido ao atraso do orçamento que aconteceu de dezembro para janeiro, nós sofremos as consequências aqui, e não podemos passar por isso de novo no ano que vem. **Sr. Maksuel:** Perfeito o que as nossas conselheiras acabaram de colocar. As nossas conselheiras acabaram de colocar, concordo plenamente, o que o Secretário acabou de falar, concordo plenamente. Todo ano é um tormento

sobre a questão orçamentária. Avançamos muito na questão da política habitacional da cidade de São Paulo, avançamos. Tivemos a reforça dos movimentos de luta por moradia para garantir os editais, não só aqui, em outras gestões, mas todo ano é um tormento essa questão do orçamento. Não adianta termos edital, não adianta estamos com a documentação em ordem, não adianta termos terreno e proposta se não tivémos dinheiro para a execução e construção dessas unidades habitacionais. Perfeito? Então, aqui como o conselheiro municipal, veio propor aqui para o nosso Secretário, a construção da Portaria de aprovação de início de obra para as entidades habitacionais. Não é só ter o edital, tem que casar também uma Portaria, que é a aprovação de início de obra para as entidades habitacionais. "O Conselho Municipal de Habitação da cidade de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, com poder deliberativo, declara a publicação dessa Portaria com o objetivo de garantir a criação, de implementação e fiscalização da política habitacional, bem como o atendimento de início de obras para as entidades que participaram do edital de convocação para adesão e associação ao cooperativo habitacionais de Interesse social. Essas entidades atuarão com base nos imóveis indicados de sua propriedade, conforme os dispositivos previstos na Lei 17.638 de 2021, na portaria 40 da SEHAB de 2022 e na Instrução Normativa nº 3 SEHAB/G de 2022, que disciplinam o programa Pode Entrar modalidade de entidades vinculada ao número do processo CEI 6014-2024-0023-98. Disposições gerais: O Conselho Municipal de Habitação será o órgão responsável não apenas pela fiscalização e cumprimento desta Portaria, mas também pela inclusão na peça orçamentária de 2025 do município de São Paulo, dos recursos necessários para o início das obras das associações ou cooperativas habitacionais devidamente habilitadas. O Conselho Municipal de Habitação assegura que o orçamento habitacional de 2025 contemple a destinação de verbas específicas para os projetos aprovados nesse processo, garantindo a execução da política habitacional, conforme estabelecido na Lei 17.638/2021. O início das obras para as entidades habitadas está condicionada à regularidade e conformidade dos projetos apresentados com a legislação municipal vigente, conforme estabelecida na Lei 17.638 de 2021, e demais normativas aplicáveis. O orçamento do ano de 2025 deverá incluir a previsão de recursos suficientes para atender as demandas de início de obra das entidades habilitadas, conforme determinado pelo Conselho Municipal de Habitação, sendo esse o órgão responsável por garantir a locação e fiscalização desses recursos. O orçamento habitacional será dividido em duas categorias, orçamento fixo e orçamento oscilante. O orçamento fixo será vinculado à criação do Plano Municipal de Habitação." Já estamos falando isso há um monte de tempo, não é, Verinha? Sobre a criação do Plano Municipal de Habitação. Se nós criámos o Plano Municipal de Habitação, nós não vamos sofrer que todo ano nós temos que ir lá, com as bandeiras de luta, na Câmara Municipal ficar pedindo para os vereadores para aprovar as peças orçamentárias. Então não adianta termos o edital, o programa Pode Entrar e não ter o Plano Municipal de Habitação. Temos o programa Pode Entrar, mas não ter a vinculação do recurso, é nadar para trás. Nadar de costa invertido de cabeça para baixo. Desculpa. Tem que ter o programa Pode Entrar, tem que ter o Plano Municipal de Habitação, vindo as diretrizes do Plano Diretor para que possamos fazer uma sobreposição de recursos e ter um plano de quantas unidades vamos construir nos próximos cinco, seis, dez, vinte anos. Aí ficamos um pouco mais tranquilo, os movimentos ficam mais tranquilos, o Secretário fica mais tranquilo, a COHAB fica mais tranquila na execução do que está estabelecido e previsto no plano. É 100 mil unidades que está previsto? É 200 mil unidades? Você consegue fazer até uma previsão, um edital a parte com as construtoras que queiram construir com o recurso próprio, e depois na vigência do Plano Municipal de Habitação eles podem ir recebendo. Então acho que é importante garantirmos esse recurso. "O orçamento oscilante será destinado ao pagamento de despesas variáveis e outros custos colecionados à execução dos projetos habitacionais, propiciando flexibilidade ao orçamento para cobrir despesas pontuais." Então basicamente é isso. Só estou apresentando aqui, não estou pedindo o pedido de voto, porque nem cabe, porque não foi apresentado antes, para estarmos levando essa discussão para o Conselho e estarmos apresentando, antes de apresentar a peça orçamentária, essa Portaria, porque aí já vamos com mais força conversar com os vereadores. Já vamos com força falando, o Conselho acha que tem que ter uma Portaria específica para garantir os recursos. E aí vamos com mais força lá garantir que essa peça orçamentária, os vereadores lá, eles não tirem recurso, coloquem recurso para garantirmos a construção. Muito obrigado. **Sr. Sidney:** Obrigado, Maksuel. Só retomando a palavra aqui, logo no início dos trabalhos, eu falei com o Nilson, eu tenho um outro compromisso, reunião às 17 horas. Então eu vou só fazer um comentário aqui. Esse assunto, Maksuel, nós vamos classificar aqui como assuntos gerais da pauta. Agradecer você, Queila, pela apresentação. E submeter à mesa, Maksuel, para que a mesa possa, na verdade, levar isso para ser uma resolução, porque quem faz a portaria, gente, é o executivo, é a Secretaria Municipal de Habitação através do Secretário, é um ato executivo. Só que o que eu percebo? Não é que nos falta lei ou alguma coisa autorizando, falta às vezes é recurso, o recurso tem que estar destinado ali. Essa é uma opinião minha. Então é muito importante o seguinte, por que nós estamos fazendo essa conversa aqui antes com todo mundo? É que no passado, em outra reunião passada, falaram fizeram avançar, lá no ano passado não teve a participação muito, não é, Maksuel? Foi um dos poucos que eu vi que levantou a bandeira. Eu fui lá e pedi oito bilhões de reais. Quem está lá, que é do movimento de moradia, tinha que me aplaudir de pé e falar que estou junto e vamos fazer esse negócio acontecer, porque nós estamos falando de interesse público, certo ou não? Estamos falando de interesse público, de moradia. E o que eu vi foi justamente o contrário, a gente sofrendo uma série de agressões e

eu ainda pedindo ainda mais recursos. Não foi isso, Maksuel? Falei, Maksuel, isso aqui está errado, acho que esse povo aqui não é da moradia, não, não é da habitação, estou pedindo recurso para todo mundo e ainda estou passando por isso, não é justo. Então, essa é a minha opinião. E só para dar um retorno também da reunião passada, Fátima, foi marcado dia 8 de outubro às 11 horas uma reunião referente à pauta dos idosos. Aí a minha secretária Andrea vai organizar contigo aí. Então, nesse sentido, agora, eu passo a palavra para o Nilson, se tiver mais algum assunto geral a conduzir, ele toca aqui para mim e eu peço licença aos senhores conselheiros e conselheiras aqui presentes. Muito obrigado. **Sra. Vera:** Só quero comunicar aqui ao Conselho que aquela pauta, Maksuel, que acho que foi no mês de março ou foi abril, que nós conseguimos avançar da família da Ponte dos Remédios, que o Secretário numa reunião, falou que não ia falar que ia dar ao Conselho. Enfim, as famílias começaram ontem a assinar o termo de vinculação. Então, conseguimos andar um pouco. Tem algumas pendências pequenas que temos que ajustar. A Maria Helena está ali, mas não é nada tão grave. Então, temos que cobrar e tem que vir agradecer também e falar. E depois, Nilson, temos que falar da CETESB, eu sei que tem novidade, que é o Bosque. **Sr. Sidney:** A CETESB, Verinha, eu conversei com o Secretário Chucre, que é quem faz a relação institucional com outros órgãos, inclusive do Estado, e ele pediu uma prioridade na minha frente e eu quero ver se ele marca essa reunião para você poder ir lá e resolver o seu problema na CETESB. Só para você saber. Estou de olho nisso aí. Pode ficar tranquila. Fátima, mais alguma colocação? Vamos lá, Fátima. **Sra. Fátima:** Duas colocações rapidinho, Secretário. Uma é a cobrança do pessoal da fase de análise das famílias, que não foi feita ainda. Então, estou cobrando aqui novamente para o Conselho, que ficou de fazer essas análises das famílias, não foi feito, das famílias que estão nos projetos. E a segunda, eu queria só colocar aqui em tema para o Conselho, porque eu fui utilizar a sala do Conselho para fazer uma reunião de habitação essa semana e a sala do Conselho está ocupada para fazermos reunião. Então, por favor, eu preciso que tenhamos uma resposta, que parece que está guardado o material lá, que eu não sei que material é, e que é importante nesse momento nos reunirmos em algum lugar, e eu acho que o melhor local de se reunir, se vamos discutir habitação, que é de interesse social, acho que seja na sala do Conselho. Só isso. Obrigada. **Sra. M^a Helena:** Então, essa sala, que é a sala da reunião, ela está para uso da licitação. Então, realmente, estamos sem acesso faz dois meses, e não conseguimos fazer nenhuma reunião nessa sala. É isso que a Fátima está comentando. Então, porque nós temos uma sala de reunião e essa sala faz dois meses que está fechada por conta da licitação e estamos sem poder usar essa sala. **Sr. Sidney:** Então, mas aí temos que retomar lá e falar que é do Conselho Municipal que tem a prioridade, eles têm que mudar o horário deles, alguma coisa para poder nos atender. **Sra. M^a Helena:** Então, eu já falei duas vezes lá. **Sr. Sidney:** Então, manda por e-mail para mim, com cópia para quem está usando a sala, e eu vou responder lá para dar prioridade para ajustar horários e datas que respeitem também a utilização pelo Conselho Municipal. **Sra. M^a Helena:** Porque a Fátima foi usar a sala, e a sala fica trancada, nem nós temos acesso à sala. **Sr. Sidney:** Você faz o pedido prévio, é isso, Fátima? Para uso? Ela faz o pedido prévio e ajustamos lá. Fátima, estou passando aqui os trabalhos para o Nilson. Nilson, obrigado, conduza aí. Deus abençoe vocês. Muito obrigado. **Sr. Nilson:** Obrigado, Secretário. Vamos entrar aqui nos outros assuntos. Quería fazer um informe referente à publicação do edital 2, do Entidades, que saiu a publicação na segunda-feira no Diário Oficial, e o sistema foi aberto hoje para fazer as correções. Vamos lá. Teve publicações das aprovadas e das que têm pendências. O que aconteceu? Só vai poder entrar lá nas pendências quem fez o cadastro até o dia 30/08. Está aberto para subir tudo, simplesmente tudo que está faltando. Teve os apontamentos que foram publicados lá até o dia 4/10 às 11h59, pode subir qualquer coisa que está faltando, que está complementar, pode ser com data de agora. Eu falei, tem um pessoal que passou na primeira prova, a primeira fase, agora está na recuperação. O outro pessoal está na recuperação. A chance está dada para todos iguais, para todos atenderem. Eu sei que teve estranhamente 50 entidades que não colocaram um documento, zero documento. **Sra. Fátima:** Teve entidade que nos procurou e falou o seguinte - "Então, eu me cadastrei, mas agora estou esperando eles mandarem um e-mail para subir o material, os documentos". Eu falei, como? Você tinha que subir os documentos. Acho que isso comeu bola, mas teve entidade que realmente estava aguardando, acho que umas três ou quatro entidades que me procuraram perguntando e falando que tinha se cadastrado, mas estava esperando o e-mail da COHAB que vocês iam enviar para subir o documento. Eu falei, gente, eu não vi isso. Você tinha que subir o documento conforme estava lá, colocar adesão e subir os documentos. Então, acredito que muitos devem ter comido bola nisso, esperando esse e-mail. **Sr. Nilson:** Ficou esperando o papai Noel e não chegou, não é, Fátima? Vamos lá. Acho que essas pessoas, em momento algum foi dito que iam mandar um e-mail - "Olha, por favor, suba o documento agora". Já está claramente que vai ser pelo sistema, e todo mundo tem que subir a documentação que está lá. Não vai ter uma resposta assim, vou mandar por e-mail, vou perguntar, vou anexar, isso aqui é uma concorrência, você tem que subir a documentação seguindo as regras que estão no edital, é simples assim. **Sra. ...** Teve entidade que fez tudo certinho. **Sr. Nilson:** Tudo bem, agora pode subir tudo e consertar o que está faltando, o que está incompleto. Fátima, também erramos, e corrigimos depois, não tem problema. Inclusive, acho que ficou de fazer um Comunicar-se, detectamos duas ou três que tinham que soltar uma publicação hoje que estava com o documento completo e não saiu do status dela. Mas isso não é um problema. **Sra. ...** E outra coisa, a quantidade, não foram 300 e poucas, foram 230 e pouco. Nós contamos. **Sr. Nilson:** 330 foram cadastradas, 330 aderiram ao sistema. Algumas erraram

digitação no e-mail. Aconteceu. **Sra. Vera:** Então, eu só queria, não sei se o pessoal ficou sabendo, acho que um dos problemas que nós tivemos foi aquela palavrinha "SENS", aquele documento que tem que ser apresentado. Eu só queria colocar, vou falar pela entidade que atuo, a pendência nossa é isso. E sabemos que vai para lá, depois vem para cá, e vamos cumprir o prazo desde que seja assinado pelo Secretário. **Sr. Nilson:** Verinha, eu preciso ter aquele documento que solta depois da publicação. Pode ser só a publicação, ela é suficiente para atender. Porque eu sei que o Secretário demora um pouco para assinar. **Sra. Vera:** Já demos entrada, tudo bonitinho. **Sr. Nilson:** Acho que a publicação do Diário Oficial, da aprovação dele, para mim já é o suficiente. **Sra. Vera:** Então, só com isso, a aprovação. **Sr. Nilson:** A aprovação é o suficiente. Porque se for aquela outra fase, aparece aquela planilha, válido até data, sei lá, XXX de 2027, 28. Isso demora um pouco para sair. Não preciso desse documento necessariamente. Lá está escrito certificado. Mas a publicação, a aprovação também. Só lembrando, Fátima, quem está atento, não adianta mandar a documentação por e-mail. Fica esperando a resposta por e-mail, que talvez ela não vai ter. Não existe isso realmente. **Nada mais havendo a tratar, o Senhor Nilson Edson Leônidas encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Documento: [114417926](#) | Despacho

Trata este SEI de pedido de regularização fundiária, promovido pelo Sr.(a) Jovelina Maria da Silva Sousa para o núcleo urbano informal JARDIM MÁLIA (doc. SEI n.º [042670386](#)).

Após instrução processual (doc. SEI n.º [074347097](#), [074427242](#), [074428061](#), [074716265](#)), restou indeferido (doc. SEI n.º [075616845](#)) nos termos do §1º do artigo 20 Lei Municipal n.º 17.734/22. *In verbis:*

Art. 20. O legitimado requerente que protocolar seu pedido de Reurb-S declarando ter apresentado todos os elementos técnicos indicados no art. 30 desta Lei terá seu pedido analisado pelo órgão responsável pela Reurb, devendo ser comunicado, por meio de correspondência com aviso de recebimento ou de forma eletrônica que garanta a comprovação do recebimento, quanto à decisão da classificação do núcleo urbano ou, quanto à necessidade de eventuais ajustes ou complementação da documentação apresentada, ou quanto ao seu indeferimento.

§ 1º O não atendimento pelo legitimado proponente do comunicado para ajuste ou complementação da documentação no prazo de 60 (sessenta) dias acarretará o indeferimento e arquivamento do pedido.

Aberta o oportunidade ou contraditório e ampla defesa (doc. SEI n.º [077437177](#)), sobreveio recurso (doc. SEI n.º [078349299](#)), no qual alegou-se que o prazo de 60 (sessenta) dias do comunicado para o indeferimento não foi respeitado, o que de fato constatou-se.

Diante exposto, a falta de cumprimento do prazo, conforme demonstra o lapso temporal entre o doc. SEI n.º [074716265](#) e [075616845](#), reconhecemos a nulidade do indeferimento, cancelando-se a decisão exarada no despacho [075616845](#) e devolvendo-se o prazo a Requerente para cumprimento do Comunique-se (doc. SEI n.º [074428061](#)).

Publique-se e intime-se.

Matheus Souza Nascimento

Estagário de Direito

SEHAB/CRF-G

Documento: [114212019](#) | Despacho

6014.2023/0003897-8 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIDÃO DE CONSULTA PRÉVIA

INTERESSADO: Diogo José dos Santos

DESPACHO DE DEFERIMENTO

I - Trata-se de requerimento, do Diogo José dos Santos, de consulta prévia quanto à aplicabilidade da Política Municipal de Regularização Fundiária para o núcleo urbano RESIDENCIAL VILLELA, com acesso na Rua Baltazarini, Subprefeitura de Parelheiros, São Paulo Capital (doc. SEI n.º [091983685](#)).

II - À luz da documentação acostada a este SEI e das respectivas análises técnicas (doc. SEI n.º [092763696](#), [096169207](#), [096169404](#), [107728536](#)), as quais acolho, **DEFIRO** o pedido de Certidão de Consulta Prévia que ateste a **APLICABILIDADE** da Política Municipal de Regularização Fundiária para o núcleo urbano RESIDENCIAL VILLELA. **Todavia, advertimos a existência de processos de regularização fundiária que já abrangem uma fração do perímetro do referido núcleo urbano (Proc. n.º 1989-0.001.125-1), razão pela qual prevalecerão em relação a eventual novo pedido, observados os aspectos de legalidade, conveniência e oportunidade.**

III - Publique-se;

IV - Notifique-se o Interessado;

V - Encaminhe-se à SEHAB/DIA para expedição da Notificação e inclusão do protocolo de recebimento.

Documento: [114376468](#) | Despacho

6014.2024/0004082-6- REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIDÃO DE CONSULTA PRÉVIA

INTERESSADO: SPE Sapopemba Administração e Participações LTDA

DESPACHO DE DEFERIMENTO

I - Trata-se de requerimento, da SPE Sapopemba Administração e Participações LTDA, representado pelo Sr. Carlos Cesar Pinheiro da Silva, de consulta prévia quanto à aplicabilidade da Política Municipal de Regularização Fundiária para o núcleo urbano VILA BELA -QUADRA 02, com acesso pela Avenida Sapopemba, Subprefeitura São Mateus, São Paulo Capital (doc. SEI n.º [109369043](#)).

II - À luz da documentação acostada a este SEI e das respectivas análises técnicas (doc. SEI n.º [109629867](#) e [110978864](#)), as quais acolho, **DEFIRO** o pedido de Certidão de Consulta Prévia que ateste a **APLICABILIDADE** da Política Municipal de Regularização Fundiária para o núcleo urbano. **Todavia, advertimos a existência de processos de regularização fundiária que já abrangem uma fração do perímetro do referido núcleo urbano (Proc. n.º 1996-0.002.132-5), razão pela qual prevalecerão em relação a eventual novo pedido, observados os aspectos de legalidade, conveniência e oportunidade.**

III - Publique-se;

IV - Notifique-se o Interessado;

V - Encaminhe-se à SEHAB/DIA para entrega ao interessado da Certidão, pagas taxas devidas.

Documento: [114387872](#) | Despacho

6014.2023/0005310-1- REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: CERTIDÃO DE CONSULTA PRÉVIA

INTERESSADO: Cleide Araújo da Silva Santos

DESPACHO DE DEFERIMENTO

I - Trata-se de requerimento, do Sra. Cleide Araújo da Silva Santos, de consulta prévia quanto à aplicabilidade da Política Municipal de Regularização Fundiária para o núcleo urbano COMUNIDADE ARTHUR PEREIRA, com acesso pela Rua Arthur Pereira, Subprefeitura São Mateus, São Paulo Capital (doc. SEI n.º [095570181](#)).

II - À luz da documentação acostada a este SEI e das respectivas análises técnicas (doc. SEI n.º [097459354](#), [099971216](#)), as quais acolho, **DEFIRO** o pedido de Certidão de Consulta Prévia que ateste a **APLICABILIDADE** da Política Municipal de Regularização Fundiária para o núcleo urbano. **Todavia, advertimos a existência de processos de regularização fundiária que já abrangem uma fração do perímetro do referido núcleo urbano (Proc. n.º 1984-0.005.594-2), razão pela qual prevalecerão em relação a eventual novo pedido, observados os aspectos de legalidade, conveniência e oportunidade.**

III - Publique-se;

IV - Notifique-se o Interessado;

V - Encaminhe-se à SEHAB/DIA para entrega ao interessado da Certidão, pagas taxas devidas.

COORDENADORIA DE TRABALHO SOCIAL - CTS

Documento: [111694054](#) | Despacho Autorizatório

Processo SEI n.º: 6014.2024/0004541-0

Interessado: José Firmino da Silva CPF: 304.***.***-**

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, as manifestações juntadas em doc. SEI n.º [110879631](#), [110877625](#) e [110877625](#), que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. A nova inclusão da município José Firmino da Silva CPF: 304.***.***-**, no benefício Auxílio Aluguel, com fundamento no art. 2º inciso III, da Portaria SEHAB n.º 131/2015;

2. A inclusão da município descrita acima na lista da demanda por atendimento habitacional definitivo (Demanda Fechada) desta Secretaria, com fundamento no Art. 14 § 4º do Decreto n.º 61.282/2022;

3. A seguir, encaminhe-se para Coordenadoria de Trabalho Social - CTS com a finalidade de adoção das providências pertinentes e, na sequência, encaminhe-se os autos para o Departamento de

Planejamento Habitacional - DEPLAN, para que proceda aos registros pertinentes no sistema de informação.

Documento: [111593757](#) | Despacho Autorizatório

Processo SEI n.º 6014.2024/0004186-5

Interessadas: Famílias removidas da área denominada Jardim da Paz.

Considerando as informações constantes nos autos, em especial as manifestações juntadas em doc. 109623234, 109625916 e 111594727 que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. A concessão do benefício do Auxílio Aluguel no valor de R\$600,00 (seiscentos reais), com fundamento no Art. 2º, I e Art. 3º Parágrafo Único, da Portaria da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB n.º 131/2015 e a concessão da Verba de Auxílio Mudança, no valor de 900,00 (novecentos reais), aos municípios descritos abaixo, com base no Art. 3º, III, da Portaria n.º 131/SEHAB/2015.

Nº	Nome completo do beneficiário	CPF do beneficiário
1	Anarecida Barbosa Bruno	155.***.***-**
2	Taline Freitas de Moura	569.***.***-**
3	Paola Ferreira Lopes Silva	492.***.***-**
4	Edmilson Honorato	263.***.***-**

2. A inclusão dos municípios descritos acima na lista da demanda por atendimento habitacional definitivo desta Secretaria (Demanda Fechada), com fundamento no Art. 14 § 4º do Decreto n.º 61.282/2022;

3. A seguir, encaminhe-se para Coordenadoria de Trabalho Social - CTS com a finalidade de adoção das providências pertinentes e, na sequência, encaminhe-se os autos para o Departamento de Planejamento Habitacional - DEPLAN, para que proceda aos registros pertinentes no sistema de informação.

Documento: [112148597](#) | Despacho Autorizatório

Processo SEI n.º 6014.2024/0001747-6

Interessadas: Famílias removidas da área denominada Jardim Dulce

Considerando as informações constantes nos autos, em especial as manifestações juntadas em doc. 112016853, 112006878 e 112148788 que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. A concessão do benefício do Auxílio Aluguel no valor de R\$600,00 (seiscentos reais), com fundamento no Art. 2º, I e Art. 3º Parágrafo Único, da Portaria da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB n.º 131/2015 e a concessão da Verba de Auxílio Mudança, no valor de 900,00 (novecentos reais), aos municípios descritos abaixo, com base no Art. 3º, III, da Portaria n.º 131/SEHAB/2015.

Nº	Nome completo do(a) beneficiário(a)	CPF do(a) beneficiário(a)
1	ALDINEIDE FELIX COSTA	009.***.***-**
2	ANA MARIA SOUSA DE OLIVEIRA	143.***.***-**
3	CACILDA REJANE DOS SANTOS	936.***.***-**
4	GILSILENE MUNIZ SOARES	135.***.***-**
5	JOSÉ BARBOSA DE SOUSA	134.***.***-**
6	MARIA CLEUZA DE AGUIAR DE CASTRO	184.***.***-**
7	MATHEUS FELIX COSTA CAMPOS	075.***.***-**

2. A inclusão dos municípios descritos acima na lista da demanda por atendimento habitacional definitivo desta Secretaria (Demanda Fechada), com fundamento no Art. 14 § 4º do Decreto n.º 61.282/2022;

3. A seguir, encaminhe-se para Coordenadoria de Trabalho Social - CTS com a finalidade de adoção das providências pertinentes e, na sequência, encaminhe-se os autos para o Departamento de Planejamento Habitacional - DEPLAN, para que proceda aos registros pertinentes no sistema de informação.

Documento: [114302711](#) | Despacho Autorizatório

Processo SEI n.º 6014.2023/0003397-6

Interessado: Jefferson da Cruz Silva CPF: 416.***.***-**

Considerando as informações constantes nos autos, em especial as manifestações juntadas em doc. [113781210](#), 113780776 e 114304609 que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO:**

1. A concessão do benefício em Auxílio Aluguel ao município Sr. Jefferson da Cruz Silva CPF: 416.***.***-**, no valor de R\$600,00 (seiscentos reais), com fundamento no Art. 2º, II e Art. 3º Parágrafo Único, da Portaria da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB n.º 131/2015 e a concessão da Verba de Auxílio Mudança, no valor de 900,00 (novecentos reais), aos municípios descritos abaixo, com base no Art. 3º, III, da Portaria n.º 131/SEHAB/2015.

2. A inclusão do município descrito acima na lista da demanda por atendimento habitacional definitivo desta Secretaria (Demanda Fechada), com fundamento no Art. 14 § 4º do Decreto n.º 61.282/2022;